



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL DR. FREDERICO

REQUERIMENTO DE APENSAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. DR. FREDERICO)

Requer a apensação do Projeto de Lei nº 1875, de 2025, ao atual Projeto de Lei nº 1.846, de 2025, por tratarem de proposição da mesma espécie, que versam sobre idêntico objeto e por se encontrarem em fase em que se permite apensação, nos termos regimentais.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Nos termos do que dispõe o art. 142 e seu parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requiero a Vossa Excelência a **apensação do Projeto de Lei nº 1875, de 2025**, que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para proibir expressamente o desconto automático de mensalidades associativas, contribuições a entidades de classe ou quaisquer valores destinados a organizações similares nos benefícios previdenciários, bem como dá outras providências”, ao atual **Projeto de Lei nº 1.846, de 2025**, que “revoga dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para vedar a realização de descontos nos benefícios previdenciários referentes a mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.”

Veja-se que as proposições possuem a mesma espécie, bem como versam sobre idêntico objeto e estão em fase que permite apensação e a tramitação conjunta.

JUSTIFICAÇÃO

Como afirmado, tramita perante esta Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei nº 1.846, de 2025**, que “revoga dispositivo da Lei nº 8.213, de 24

Apresentação: 19/05/2025 14:25:06.907 - Mesa

REQ n.1997/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL DR. FREDERICO

Apresentação: 19/05/2025 14:25:06.907 - Mesa

REQ n.1997/2025

de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para vedar a realização de descontos nos benefícios previdenciários referentes a mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas”. de autoria do Dep. Sidney Leite, protocolizado em 24/04/2025.

Tem-se o **Projeto de Lei nº 1875, de 2025**, de minha autoria, que tem como objetivo a alteração da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para proibir expressamente o desconto automático de mensalidades associativas, contribuições a entidades de classe ou quaisquer valores destinados a organizações similares nos benefícios previdenciários, este protocolizado apenas 1 dia após a proposição anteriormente citada, qual seja, em 25/04/2025.

Pois bem, o art. 142 do RICD estabelece que, estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento do Deputado ao Presidente da Câmara, observando-se que se considera um só o parecer da Comissão sobre as proposições apensadas (caput e inciso II). **Além disso, pelo que dispõe o parágrafo único do art. 142 do RICD, a tramitação conjunta só será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia.**, sendo exatamente este o caso em questão.

Ademais, de acordo com as informações de tramitação dessas proposições, ambas estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas comissões e nenhuma delas entrou na Ordem do Dia, o que permite o deferimento da apensação, nos termos do art. 142, parágrafo único, do RICD.

Diante do exposto, requer-se a apensação para tramitação em conjunto, nos exatos termos regimentais.

Sala das Sessões, em

de maio de 2025.

Deputado **DR. FREDERICO**

PRD/MG

